



Turma Recursal do Maranhão cria nova ferramenta para contagem de prazos

A Turma Recursal da Seção Judiciária do Maranhão elaborou uma planilha para contagem final dos prazos de recursos em processos físicos. A tabela será uma ferramenta importante para as varas que trabalham com esses processos, podendo ser utilizada nas cargas aos órgãos públicos, informando o prazo final para o ato processual em mandados, ofícios, cartas.

A tabela calculará automaticamente os prazos estabelecidos nos despachos e nas decisões judiciais, mas é necessário informar as datas de suspensão de prazos, o recesso forense e os feriados nacionais e locais. Dessa forma, será feita a contagem em dias úteis dos prazos processuais, conforme previsão no Código de Processo Civil (art. 935), e o termo final do prazo para o ato processual surgirá logo abaixo do termo de remessa em carga dos autos aos órgãos ou advogados particulares.

A utilização da ferramenta facilitará a certificação dos prazos por ocasião da juntada de petições e da devolução dos processos em carga, pois as partes estarão cientes do prazo final para o ato processual.

Essa planilha já foi disponibilizada para a Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef/TRF1), que repassou o projeto às demais turmas recursais da 1ª Região.

Fonte: Secos/SJMA

Desembargadora Maria do Carmo encerra o 1º Curso de Formação de Conciliadores no Pará



SJPA

“Estimular a conciliação e capacitar conciliadores para mediar conflitos são objetivos primordiais para concretizar os direitos de quem procura a Justiça Federal para resolver litígios rapidamente”, ressaltou a desembargadora do TRF 1ª Região Maria do Carmo Cardoso no encerramento do 1º Curso de Formação de Conciliadores, promovido pelo Centro Judiciário de Conciliação (Cejud) da Justiça Federal no Pará, na última sexta-feira (8/04).

Coordenadora-geral do Sistema de Conciliação (SistCon) em toda a 1ª Região, a magistrada disse que a participação de instrutores qualificados, em cursos como o que o Cejud promoveu, está em sintonia com as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à importância de se criar, no Poder Judiciário, uma estrutura compatível com a enorme demanda de processos que permitem a autocomposição entre as partes. [\[Leia mais\]](#)

Com informações da SJPA.

Instalado Processo Judicial Eletrônico em Mato Grosso



Marisa Fernandes

Na solenidade de instalação dos trabalhos de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), realizada nesta segunda-feira (11/04), em Cuiabá/MT, o presidente do TRF da 1ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, enfatizou a importância do PJe para a prestação jurisdicional na 1ª Região. O evento ocorreu na Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT), e contou com as presenças do diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Roberto Luis Luchi Demo, do representante da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Tarcísio Régis Valente, do procurador-chefe da União do Mato Grosso Alexandre Vitor Murata Costa, da defensora pública chefe da União do Estado de Mato Grosso, Maria Clara Gonçalves Khalil, do representante da Ordem dos Advogados do Brasil na Seção de Mato Grosso, Gonçalo Adão de Arruda Santos, do procurador-chefe do Ministério Público Federal de Mato Grosso, Gustavo Nogami, da gerente da Caixa Econômica Federal, Juliana Tomazelli, entre outras autoridades.

Na ocasião, já em clima de despedida como presidente do TRF1, ele destacou alguns dos principais feitos de sua gestão, que se encerra no próximo dia 15 de abril, entre eles equacionar a situação financeira do Pro-Social. Na avaliação de Cândido Ribeiro, garantir melhor qualidade de vida para os magistrados e servidores foi uma das realizações mais importantes na sua Administração. O presidente falou também sobre a restrição orçamentária que está afetando o Tribunal. “Quem mais está sentindo são os servidores, e apesar de todos os esforços na minha gestão não foi possível contemplá-los com a reposição merecida”, lamentou.

Também prestigiaram a solenidade os juízes federais Jefferson Schineider, Régis de Sousa Araújo, Vanessa Curti Perenha Gasques, Ciro José de Andrade Arapiraca, Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, Wagner Mota Alves de Sousa, Mauro César Garcia Patini, Frederico Pereira Martins e Pedro Francisco da Silva.

Seção Judiciária do Maranhão realiza treinamento na DPU

A Seção Judiciária do Maranhão, em parceria com a Defensoria Pública da União, realizou treinamento sobre os sistemas do Processo Eletrônico Judicial (PJe) e Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Federal da Primeira Região (E-Proc/E-cint), voltado para capacitação dos servidores daquela seccional. O objetivo é agilizar o andamento processual com órgãos parceiros. Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal em "Notícias".

Com informações da Secos/SJMA